

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.676.639 - PB (2017/0026669-8)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADOR : IGOR DE ROSALMEIDA DANTAS E OUTRO(S) - PB016663
AGRAVADO : SETTA COMBUSTÍVEIS S/A
ADVOGADO : RONEI RIBEIRO DOS SANTOS - DF018118
ADVOGADA : PATRÍCIA FREIRE CALDAS HERÁCLIO DO RÊGO
RODRIGUES DIAS E OUTRO(S) - PE021146

EMENTA

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. OFENSA AO ARTIGO 535 DO CPC/1973. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ICMS. QUESTIONAMENTO DA LEGITIMIDADE PROCESSUAL NA FASE DE EXECUÇÃO. TRÂNSITO EM JULGADO. ALTERAÇÃO NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA À COISA JULGADA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não constitui omissão do acórdão a conclusão diversa daquela defendida pelo agravante, tirada das provas apresentadas nos autos, não havendo como se reconhecer a violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil.
2. A sentença transitada em julgado, que que pacifica a legitimidade do polo ativo no processo de conhecido, não se pode na fase de cumprimento de sentença julgar diversamente daquilo que restou precluso no processo de conhecimento, sob pena de ofensa direta à coisa julgada material.
3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator